



Eleição no Brasil é próximo desafio, insinua Trump

Presidente dos Estados Unidos compartilha artigo que aponta pleito brasileiro como “o mais importante do hemisfério” para a consolidação da direita e diz que o republicano está “realmente tornando as Américas grandes novamente”

» VANILSON OLIVEIRA

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, voltou a citar o Brasil em suas manifestações públicas ao compartilhar, ontem, trechos de um artigo que trata a eleição presidencial deste ano como uma disputa decisiva para os rumos políticos da América Latina. A publicação foi feita na rede Truth Social, que pertence ao republicano. Em menos de uma semana, essa é a terceira vez que ele provoca o governo brasileiro.

O texto compartilhado por Trump é do colunista político John Gizzi, correspondente da Casa Branca para o site norte-americano Newsmax. A análise parte de uma sequência recente de eleições na América Latina para sustentar a tese de que há uma reorganização do campo político na região, com fortalecimento de lideranças alinhadas a pautas conservadoras e maior aproximação com os Estados Unidos.

Segundo o artigo, esse movimento já teria reflexos em países como Colômbia e Peru, citados como exemplos de uma mudança de orientação política no continente. No domingo, Abelardo de la Espriella (Defensores de la Patria), venceu as eleições na Colômbia.

“Com a vitória de De la Espriella sobre o candidato de esquerda Ivan Cepeda e a saída do presidente socialista Gustavo Petro, a Colômbia se torna a oitava nação latino-americana em sete anos a trocar uma liderança de esquerda por um governo de centro-direita assumidamente favorável a Trump”, escreveu o colunista.

Ele afirma que tanto a Colômbia quanto o Peru atuam dentro da linha ideológica e de interesses de Trump, que luta por segurança nas fronteiras e pelo antisocialismo. “Juntas, as eleições na Colômbia e no Peru representam as mais recentes vitórias de um movimento regional crescente que abraçou muitos dos temas associados ao presidente Donald Trump: lei e ordem, nacionalismo econômico, segurança de fronteiras, antissocialismo

AFP



Trump e Lula na reunião do G7, semana passada, na França: chefe do Planalto mandou recado para republicano não “se meter” na eleição brasileira

e resistência aos sistemas políticos estabelecidos”, diz.

No artigo, Gizzi cita El Salvador, Argentina, Equador, Honduras, Bolívia, Chile, Peru e Colômbia, os quais ele considera como “triunfos de Trump”, afirmando que a “maioria desses oito líderes se alinhou à iniciativa hemisférica recém-criada por Trump, o Escudo das Américas”, que é uma coalizão militar, cujo objetivo é combater os cartéis de drogas na região.

O colunista ressalta ainda que restam quatro desafios, que seriam Venezuela, já que o regime de Maduro continua no poder por meio de sua ex-vice-presidente, Delcy Rodríguez; Cuba, Nicarágua e

o “grande teste: Brasil”. “As atenções agora se voltam para o Brasil, a maior nação da América Latina e a potência política da região. A próxima eleição presidencial poderá se tornar a disputa mais importante do hemisfério.”

Em um dos trechos reproduzidos por Trump, o artigo afirma que “a eleição já está gerando intenso debate sobre a integridade do sistema eleitoral brasileiro e se a disputa será conduzida de maneira considerada livre e justa por todos os lados”. A publicação também projeta que, caso se consolide uma ampliação de governos de direita na região, “o mapa político da América Latina será dramaticamente

diferente do que era há apenas uma década”. Na conclusão, o autor afirma ainda que “Trump está realmente tornando as Américas grandes novamente”, em referência ao slogan associado ao republicano.

Troca de farpas

O compartilhamento ocorre poucos dias após uma troca pública de farpas entre Trump e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Na semana passada, durante a cúpula do G7, na França, o republicano disse à imprensa internacional que conversou no evento com o chefe de Estado brasileiro. “Tornou-se um país um pouco complicado,

não é? Politicamente. Tem sido um pouco perigoso politicamente”, disse Trump.

Lula, que participou da cúpula como convidado, mandou recado ao presidente norte-americano: “Não se meta nas eleições do Brasil, porque as eleições do Brasil são um problema do Brasil”.

Na sexta-feira, Trump voltou a criticar o chefe do Planalto, chamado por ele de “muito volátil”. O republicano acrescentou que “não poderia se importar menos” com Lula. As declarações foram publicadas no site Axios. O petista não respondeu. O Planalto também não se manifestou sobre o compartilhamento do artigo ontem.

AGU defenderá Moraes nos EUA

» MARIA BEATRIZ GIUSTI*
» RENATO SOUZA

A Justiça Federal da Flórida autorizou que a Advocacia-Geral da União (AGU) faça a defesa do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), no processo das empresas Trump Media e Rumble contra o magistrado.

A AGU acionou a Justiça americana no início do mês com um pedido para intervir no processo e requereu a extinção da ação. O órgão argumenta que as empresas dos EUA estão processando Moraes por ações decididas como ministro e que questões do STF não podem ser julgadas por outros países.

Ao analisar o pedido, a Justiça da Flórida autorizou a intervenção, mas adiou a análise do pedido de extinção do processo. O tribunal, porém, suspendeu a ordem anterior que permitia o julgamento à revelia, ou seja, que a ação pudesse ser avaliada mesmo sem a manifestação de Moraes.

A ação acusa Moraes de suspender perfis de brasileiros, residentes nos EUA, que se envolveram nos atos golpistas de 8 de janeiro. Inicialmente, a AGU decidiu que não iria se manifestar no processo. Porém, avaliou que deveria ingressar como parte no caso por se tratar de uma autoridade do Judiciário. Para a AGU, é importante deixar claro que tribunais estrangeiros não podem interferir em decisões tomadas pela Justiça brasileira, conforme acordos internacionais que foram assinados, inclusive, pelos EUA.

Um dos argumentos é que as decisões do STF dizem respeito ao acesso aos perfis nas plataformas digitais apenas em território brasileiro, pois quem tentar acessar os perfis bloqueados no Brasil, a partir de nação estrangeira, não terá dificuldades.

*Estagiária sob a supervisão de Cida Barbosa

Flávio fala em “defender” país em audiência sobre tarifaço

» RAPHAEL PATI

O senador e pré-candidato à Presidência Flávio Bolsonaro (PL-RJ) disse ter feito pedido para participar de uma audiência na Comissão de Comércio Internacional dos Estados Unidos (U.S. ITC, na sigla em inglês), em Washington, no próximo dia 6, para discutir a eventual taxa extra, de 25%, sobre produtos brasileiros. Na solicitação enviada ao representante comercial dos EUA, ele argumenta que a tarifa beneficiaria o governo brasileiro e prejudicaria os empresários do país.

“O depoimento demonstrará uma proposição única e decisiva, que a testemunha (Flávio Bolsonaro) desenvolverá com evidências na audiência: que a ação proposta, na prática, beneficiaria o próprio governo cuja conduta a investigação descreve, enquanto recairia sobre os exportadores brasileiros, importadores americanos, consumidores dos EUA e a oposição brasileira, que é ela própria a principal

vítima doméstica da conduta em questão”, alega o pré-candidato.

No pedido, Flávio também afirma que concluirá a participação na audiência pedindo a suspensão da aplicação das tarifas combinada com a abertura de um “mecanismo de negociação bilateral, com agenda e calendário definidos”. No entanto, ele defende que os Estados Unidos mantenham uma “arquitetura de fiscalização” para preservar integralmente o “poder de pressão” norte-americano, enquanto ambos países buscariam uma resolução negociada.

Entre os 85 participantes da audiência não haverá representantes do governo brasileiro. A ausência foi criticada pelo próprio senador na rede social X, em que ele defendeu que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva não moveria “uma palha” para evitar a taxa sobre os produtos brasileiros. “E a razão é muito simples: ele acredita que isso pode beneficiá-lo nas urnas em outubro, mesmo que isso custe quebrar as empresas brasileiras”, acusou.

Minervino Júnior/CB/D.A.Press



Senador diz que tentará impedir taxa dos EUA a produtos do Brasil

A audiência, no entanto, é voltada preferencialmente para representantes do setor produtivo, além de empresas do setor privado e sociedade civil. Fontes do governo

federal explicam que não haveria motivos para a presença na sessão, já que o Brasil possui um canal de negociação direto com Washington para tentar reverter as tarifas.

Desde a publicação do documento que sugere a aplicação das novas alíquotas pelo USTR, representantes do Ministério das Relações Exteriores (MRE) e do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic) mantêm reuniões semanais com o representante comercial dos EUA para explicar os pontos defendidos pelo governo brasileiro e tentar reverter a medida via negociação bilateral. No entanto, ainda não há previsão de um encontro presencial entre as autoridades ou mesmo de uma definição sobre a aplicação dessas tarifas.

Em maio, o USTR publicou relatório no qual sugere a criação de uma tarifa de 25% sobre produtos brasileiros, com base na Seção 301 da Lei de Comércio Americana de 1973. O dispositivo previsto na lei norte-americana permite que os EUA apliquem medidas para investigar e retaliar parceiros cujas práticas comerciais sejam consideradas prejudiciais para os interesses

do país e de suas empresas. No entanto, o governo brasileiro considera infundadas as justificativas de Washington e alega interferência do clã Bolsonaro.

Entre os pontos mencionados pelo governo norte-americano para justificar a medida está a popularização do Pix como meio de pagamento mais utilizado pelos brasileiros. Os EUA alegam que o Banco Central do Brasil prioriza o sistema de pagamento instantâneo em detrimento dos cartões de débito e crédito convencionais, que são controlados em grande parte pelas duas principais empresas do mercado, as norte-americanas Visa e MasterCard.

Agentes envolvidos nesse processo avaliam, porém, que a ofensiva é mais uma reação da gestão Donald Trump para tentar frear a entrada de novas empresas da China e da Índia no mercado brasileiro e, com isso, impedir o fortalecimento do Brics, bloco econômico do qual o Brasil faz parte e que desagrada o presidente norte-americano.